

INVISIBILIDADE E PROTAGONISMO DAS MULHERES ASSENTADAS

Isadora de Paula Vieira Alencar **1**,
Joana D'arc Bardella Castro **2**

1 Acadêmica do curso de Economia da Universidade Estadual de Goiás.

2 Professora orientadora do curso de Economia da Universidade Estadual de Goiás.

Introdução

A mulher ao longo da história, sempre desenvolveu um papel importante junto à família principalmente na educação dos filhos e junto aos afazeres no campo, arando, carpindo, auxiliando na colheita e plantio. Mais tarde com o processo de industrialização esta passou a trabalhar em fábricas com jornada de trabalho extenuante e com uma remuneração inferior aos homens que ali trabalhavam. A mulher até recentemente na história não tinha seus direitos garantidos ou uma política que primasse pelos direitos das mulheres.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Este plano de trabalho tem como foco descrever por meio de um estudo de caso no Assentamento Genipapo no município de Acreúna a oportunidade de conhecer melhor a realidade da agricultura familiar com vistas a enfatizar a relevância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo. É necessário analisar melhor os esforços despendidos pelas mulheres agricultoras por outros vieses, com o intuito de tornar reconhecido o seu trabalho, tanto ligado à produção como também a reprodução familiar.

Em Goiás segundo dados do INCRA (2017) existem 300 assentamentos. 73% de todos os assentamentos estão localizados nas regiões Norte, Oeste e Noroeste. Pelos dados disponibilizados pelo órgão o Assentamento Jenipapo conta com 27 famílias assentadas e é localizado na região Sudoeste Goiano.

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância do papel da mulher na agricultura familiar.

Referencial Teórico

A agricultura familiar é um modelo de produção baseado no trabalho da família e se caracteriza como aquele em que o controle do processo produtivo está assegurado diretamente

ao (à) proprietário (a) da terra, sendo à força de trabalho e a gestão da propriedade a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar. Assim, é ao mesmo tempo unidade de produção e consumo, na qual a quantidade de trabalho desembolsado é definida de acordo com as necessidades do grupo.

Nesse sentido, as mulheres agricultoras possuem um papel irrefutável na dinâmica da família, não apenas como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução, pois são elas as responsáveis por preservar e disseminar valores tradições, os quais são vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida desses agricultores e das gerações futuras.

Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar tem dinâmica e caráter distinto em comparação à agricultura não familiar. Nela, a administração da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar possui uma relação particular com a terra, sendo seu local de trabalho e moradia. A fim de formalizar esse segmento, a Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público.

Em termos conceituais, para ser mantido o caráter familiar da produção exige-se a presença, de ao menos um membro da família, que combine as atividades de administrador da produção com a de trabalhador:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

Vale lembrar que dentro da unidade de produção, as tarefas consideradas como voltadas para a comercialização, mercado, banco (depósitos e financiamentos), contratação de técnicos e participação de reuniões de sindicatos e de cooperativas são, geralmente, de responsabilidade masculina. Embora em algumas famílias as mulheres participem dessas atividades, esta participação é mais rara. Ao mesmo tempo, as atividades dentro da casa são quase sempre praticadas pelas mulheres, tanto pelas mães como pelas filhas, sendo geralmente consideradas como de sua total responsabilidade (LOPES, 2003).

No Brasil, a agricultura familiar foi incluída como propriedade na segunda metade da década de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Inicialmente era apenas uma linha de crédito para custeio. Depois essa linha de crédito, seguindo as reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), culminou na criação do PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) em 1996, e, sobretudo, na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento das discussões a respeito da Reforma Agrária. A criação de políticas destinadas à agricultura familiar e à Reforma Agrária tem satisfeito às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e às pressões dos movimentos sociais do campo organizados.

Embora a agricultura familiar tenha sido comprometida e, de certo modo, condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, esta tem revelado capacidade de se adaptar e de estabelecer estratégias que vêm garantindo a reprodução econômica e social de homens e mulheres no campo.

No caso da mulher, a múltipla jornada de trabalho da mulher rural engloba praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas, o cuidado do quintal e as vendas de produtos cultivados por elas, como ovos, natas e queijos (Brumer, 2004), cuja renda obtida, comumente é entregue ao marido, explicitando o androcentrismo nesse modelo agrícola.

Metodologia

Considerando o amplo conjunto de procedimentos que traduzem na prática os caminhos metodológicos e as várias técnicas de pesquisa, ao escolher o tema delimitando a área de trabalho, foram adotados os seguintes procedimentos neste trabalho qualitativo: levantamento bibliográfico e trabalho de campo (reconhecimento da área, aplicação de questionários, realização de entrevistas), visando desenvolver uma pesquisa teórica, documental e de campo identificando o perfil das mulheres do assentamento em questão, além de sua organização social e produtiva.

Resultados e Discussões

O estudo contribuirá para elaborar um histórico da constituição do Assentamento Jenipapo no município de Acreúna quanto a sua organização social e produtiva, caracterizando a mulher e apresentando sua importância na agricultura familiar.

A expansão dos estudos sobre a mulher está relacionada à luta pela inserção no mercado de trabalho, aos movimentos feministas e também a novos paradigmas associados às dinâmicas das relações entre os sexos. Novas perspectivas e olhares são traçados ao longo de pesquisas e construções do conhecimento histórico e a noção de gênero pode ser entendida como instrumento de análise que nos permite compreender as diferenças socialmente construídas entre o feminino e o masculino.

Em relação à mulher agricultora, percebe-se que o preconceito com este grupo ainda se encontra acentuado, isso porque o trabalho feminino é considerado leve e de segunda mão. Assim, nesta pesquisa, conclui-se que há o não reconhecimento e a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar, além do androcentrismo presente nesse modelo agrícola.

Conclusão

Em relação à mulher agricultora, percebe-se que o preconceito com este grupo ainda se encontra acentuado, isso porque o trabalho feminino é considerado leve e de segunda mão. Assim, conclui-se que há o não reconhecimento e invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar, além do androcentrismo presente nesse modelo agrícola.

O artigo visa contribuir com as discussões acerca do reconhecimento da mulher como trabalhadora e suas implicações nas relações no espaço doméstico objetivando construir uma nova identidade da mulher rural questionando a desigualdade de gênero e dessa maneira, superando outras desigualdades como acesso a terra, às políticas públicas voltadas para agricultura familiar e a redistribuição de renda.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul In: Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

INCRA. Dados estatísticos. Disponível em:<<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/#sudoeste>> Acessado em: 02 de abril de 2017.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

LOPES, M. N. Análise da divisão sexual do trabalho na unidade de produção familiar agrícola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11.,2003. São Paulo. Anais...São Paulo: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2003, 14p.